



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

GABINETE DO PREFEITO **GP - SECRETARIA**

LEI Nº 4.602

O(A) Lei nº 4602

FOI PUBLICADO(A) NO ÓRGÃO OFICIAL DO
MUNICÍPIO (JORNAL A Comarca)
EM SUA EDIÇÃO DE 26, 06, 08
MOGI MIRIM, 30, 06, 08

Mogi Mirim, Estado de São Paulo, etc.,

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM, PELO PODER EXECUTIVO, A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA JESUS E CARIDADE – ALBERGUE NOTURNO ZECA DE ANDRADE, PARA O FIM QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CARLOS NELSON BUENO, Prefeito do Município de

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:-

Art. 1º Fica o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, autorizado a celebrar convênio com a **ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA JESUS E CARIDADE – ALBERGUE NOTURNO ZECA DE ANDRADE**, para fins de concessão de repasse financeiro, em conformidade com o art. 2º, da Lei Municipal nº 4.440, de 19 de setembro de 2007.

Parágrafo único. O repasse financeiro de que trata o *caput* deste artigo será efetuado em parcela única, no valor de R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais), destinado à construção de um quarto e banheiro junto às dependências da entidade conveniada, em conformidade com o projeto de trabalho apresentado pela mesma.

Art. 2º A entidade conveniada fica comprometida a apresentar até o dia 31 de dezembro de 2008 a sua prestação de contas com a comprovação da aplicação do recurso financeiro, bem como aplicá-lo integralmente na execução do projeto de construção, salvo situações especiais previamente aprovadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 3º A não obediência ao que dispõe o art. 2º desta Lei, dará ensejo a revogação pura e simples do presente ato e restituição aos cofres públicos do valor repassado.

Art. 4º Fica assegurada à Prefeitura de Mogi Mirim e ao Conselho Municipal de Assistência Social a prerrogativa de conservar a autoridade normativa e o exercício do controle e fiscalização sobre o objeto do convênio autorizado por esta Lei.

Art. 5º A regulamentação da presente Lei se dará por meio do convênio a ser firmado entre o Município e a entidade objeto desta Lei.

Art. 6º As despesas decorrentes da presente Lei serão suportadas por dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, 25 de junho de

2008.


REGINA CÉLIA SILVA
Coordenadora da Divisão
de Expediente e Registro-GP


CARLOS NELSON BUENO
Prefeito Municipal